

# O SINDICATO COMO EDUCADOR E EDUCANDO

**NERICILDA BEZERRA DA ROCHA<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O presente trabalho articula o debate teórico dos clássicos do marxismo sobre sindicatos e a educação política dos trabalhadores a partir da categoria da práxis. Como se desenvolve a educação política e a consciência para processos de resistência a partir de uma práxis ancorada em um projeto de emancipação da classe trabalhado? Como Marx, Engels, Gramsci analisaram isso à luz do seu tempo? Abordaremos como essa práxis política educativa é uma linguagem de resistência visto que organiza, mobiliza e desenvolve a consciência de classe.

**Palavras-chave:** Sindicato. Práxis. Educação

---

1 Graduada em pedagogia

## O SINDICATO COMO EDUCADOR E EDUCANDO

A discussão a respeito da educação dos trabalhadores ou, mais especificamente, da formação política não é nova no seio da história do movimento operário. Pelo contrário, dada sua importância fundamental, essa temática foi e continua sendo alvo de intenso, acalorado e, por que não dizer, polêmico debate.

Ainda que Marx e Engels não tenham escrito nenhuma obra exclusiva sobre isso, essa temática é transversal a toda sua obra, haja vista que sua grande preocupação, a partir da interpretação que eles têm da nova sociedade surgida com a revolução industrial, é dotar o proletariado, considerado por eles como a única classe potencialmente revolucionária, de um projeto político de emancipação para superar a nova sociedade.

Nesta direção, é importante resgatar o sentido da formação humana em Marx e o lugar do proletariado nessa formação. Como diz Marx, na VI Tese sobre Feuerbach, “o homem é o conjunto das suas relações sociais”, ou seja, o homem é um ser historicamente social; confirma sua consciência na existência, justamente porque a atividade ideal é a sua atividade social. É a relação que estabelece com a natureza para transformá-la, ou seja, o trabalho, o desencadeante de um processo histórico que modifica a natureza e o próprio homem num processo contínuo. Eis o ponto de partida do materialismo marxiano.

Para Marx e Engels (2007, p. 36) “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” o que significa que o ser humano é determinado pelo seu modo de vida, mas também pode alterá-lo. Entretanto, para mudar a si mesmo, os homens precisam revolucionar as circunstâncias que mantêm este modo de viver.

Guiados por esta compreensão, tanto Marx quanto Engels, vão concentrar toda sua obra e militância, no combate ao tipo de formação econômico-social que oprime o homem na sua condição humana. E este combate passará centralmente pelo processo de educação da classe trabalhadora, por ser a classe social que mais sente a opressão do capital e que por isso potencialmente poderá construir sua superação.

Segundo Suchodolski (1976, p. 69-70), “para muitos as tarefas fundamentais da educação consistem em educar o coração e a virtude; para Marx e Engels tem a maior importância o desenvolvimento da consciência e o despertar pela revolução”, sendo, portanto, a

prática revolucionária da classe trabalhadora na luta pela sua emancipação, o único caminho para a verdadeira formação de homens novos (SUCHODOLSKI, 1976, p. 179).

Esta luta pela sua emancipação se desenvolve num complexo de relações que perpassam vários espaços de vivência da classe trabalhadora; espaço laborativo, família, moradia, partidos, associações, escolas, greves, sindicatos, etc. Para o que pretendemos neste trabalho, que se relaciona com o papel dos sindicatos no século XXI no que diz respeito a uma práxis política que contribua com a classe na luta pela sua emancipação.

O ponto de partida de Marx e Engels são as relações sociais de produção que os homens estabelecem na vida real. Os principais elementos ontológicos da materialidade dos fundadores do materialismo histórico e dialético são: a existência dos indivíduos físicos, suas ações e as condições materiais de vida encontradas e as que eles constroem. Partindo desses elementos, os fundadores do materialismo histórico-dialético afirmam que o fundamento da história é a atividade humana ao destacarem que “toda a historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua transformação pela ação dos homens no decorrer da história” (MARX; ENGELS, 2001, p. 10).

Para Sousa Junior (2011), essa ação dos homens a que se referem Marx e Engels é a práxis humana e o trabalho. Segundo ele, “se o trabalho é a atividade que produz materialmente a própria vida, e se o homem é um ser que se constrói no conjunto das relações num movimento constante, num processo infinito, então não há como se recusar o caráter educativo imanente a toda a história da formação do homem” (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 23). Consideramos que a categoria trabalho quanto a categoria da práxis, entendidas como atividade humana transformadora e criadora, centrais na formação do homem, lançam luzes para a apreensão do objeto a ser investigado, a saber, o papel do sindicato na construção de uma consciência para além dos limites do capital.

Entretanto concordamos com Kosik (1995) quando afirma que a categoria da práxis tem uma dimensão de maior amplitude que o trabalho na formação do homem:

A práxis compreende – além do momento laborativo – também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a

natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angustia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc., não se apresentam como 'experiência' passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização da liberdade humana. Sem o momento existencial o trabalho deixaria de ser parte da práxis. (KOSIK, 1995, p. 224).

Para Kosik (1995), na sua essência e universalidade, a práxis é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). "A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teórica; é determinação da existência humana como elaboração da realidade" (KOSIK, 1995, p. 222).

Nos apoiaremos também em Konder (1992) que nos ajuda na compreensão da categoria práxis. Para o autor, práxis é a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; neste sentido, práxis é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 1992, p. 115). Konder nos fornece ainda sua compreensão da relação da práxis com a teoria. Para ele, a teoria é um momento necessário da práxis para distingui-la das demais atividades praticas meramente repetitivas.

Vásquez (1986) examinando os textos clássicos marxiano, ata os múltiplos fios do conceito de práxis, tomando-a como a) fundamento do conhecimento; b) critério da verdade; c) unidade da mudança do homem e das circunstâncias, e, finalmente, d) dos lastros da interpretação do mundo com a sua transformação.

Para o filósofo espanhol, a relação entre teoria e práxis é para Marx "teórica e prática; prática na medida em que a teoria como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente" (VASQUEZ, 1986, p. 117). E afere que como filosofia da práxis, o marxismo é a consciência filosófica da atividade prática humana que transforma o mundo.

Já em *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx começou a desenvolver uma concepção de práxis diferente da dos pensadores

até então. Ao destacar que “a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural” (MARX, 2004, p. 110), Marx se refere ao fato de que na relação contraditória do trabalhador com o objeto de seu trabalho, o homem pode construir as condições para a superação desta contradição. Ou seja, na experiência das lutas da classe trabalhadora o sujeito potencialmente revolucionário pela sua localização na sociedade do capital, pode adquirir pela sua práxis, a consciência de que necessita superar esta sociedade. Em outra passagem dos

Manuscritos, o jovem Marx sinaliza a importância da relação teoria e prática da classe trabalhadora como condição para a fundamentação de um projeto emancipatório, vejamos:

Assim como pelo movimento da propriedade e da sua riqueza, assim como da sua miséria-ou da riqueza e miséria materiais e espirituais – a sociedade que vem a ser encontra todo o material para esta formação, assim também a sociedade que veio a ser produz o homem nesta total riqueza da sua essência, o homem plenamente rico e profundo enquanto sua efetividade. [...] Só pela energia prática do homem e, por isso, a sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma efetiva tarefa vital que a filosofia não pôde resolver, precisamente porque a tomou apenas como tarefa teórica. (MARX, 2004, p. 111)

O que Marx nos está dizendo é que a teoria em si é inoperante, por mais radical que ela seja, para deixar de ser inoperante ela necessita se realizar em força material, e segundo os fundadores do materialismo histórico-dialético, essa passagem da teoria à práxis revolucionária, é determinada pela existência de uma classe social, o proletariado. Como afirma Vásquez (1986, p. 129), “nem a teoria por si mesma pode emancipar o proletariado, nem sua existência social por si só garante sua libertação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação”.

As elaborações de Marx e Engels sobre sindicatos em seu tempo, assim como sua militância e acompanhamento da dinâmica do movimento operário, esta perpassada pelo objetivo, de que o proletariado

adquira consciência de sua situação para que seja capaz de ser o portador de sua própria emancipação, articularemos a concepção de sindicatos.

## A PRÁXIS POLÍTICA COMO PROCESSO EDUCATIVO

Recordemos que em *A miséria da filosofia* (2001), Marx descreve como as condições objetivas do novo modelo de sociedade advindo da revolução industrial engendra as potenciais condições de organização, luta e desenvolvimento da classe trabalhadora:

As condições econômicas tinham transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política. (MARX, 2001, p. 151).

Ora, Marx nos está dizendo que há um processo de luta permanente em que a classe irá constituindo-se como tal. É nessa luta política, nesse percurso, que os vendedores da força de trabalho vão construindo laços comuns, comunidades de interesses e forças organizativas determinadas. Em outros termos, começam a se constituir como classe. Sua formação passa por várias etapas, em um primeiro momento formavam uma massa dispersa por todo o país e dividida pela concorrência entre si. Mas com o desenvolvimento da indústria, a concentração de mão de obra em empresas que chegam a reunir milhares de empregados, condições de organização e luta mais favoráveis são criadas.

Compreende-se que o grande projeto educativo dos fundadores do materialismo histórico e dialético, é como fazer com que a classe que se forma objetivamente pelas condições estruturais da indústria, se desenvolva em classe-para-si, ou seja, dotada conscientemente de uma estratégia emancipatória que é o projeto da revolução social. Esse desenvolvimento, ou seja, esse reconhecimento enquanto classe, de sua condição e da necessidade de mudança, ocorre na práxis e pela práxis política, no campo da luta de classes e não no campo do

pensamento. Elucidativo quanto a isso, recorreremos à *Segunda Tese sobre Feuerbach* quando afirma:

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim, uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica (MARX; ENGELS, 2001, p. 100).

Nisto concerne a importância que Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky atribuem as organizações do proletariado, sejam as associações, sindicatos, comissões de fábrica, partidos, etc., não é a elas em si mesmo, mas ao papel de organizador coletivo que exercem possibilitando que os trabalhadores se transformem em força material de transformação e autotransformação.

Reputamos ser útil recordar de que a história em Marx e Engels (assim como em Lênin, Gramsci e Trotsky) não é um processo simples, linear, cronológico e natural. A atividade social, motor da história, vê-se diante de forças, das quais ela é criadora e que, paradoxalmente, se levantam como uma barreira ante as expectativas de indivíduos e grupos, as quais, impiedosamente, destroem os seus cálculos. Diferentemente dos céticos, no entanto, Marx e Lênin acreditam que a pedagogia de ferro do capital ensina, que a luta de classes instrui e treina, e que, nesse trajeto, o proletariado adquire conhecimentos políticos. Desse modo, o proletariado se vê ante a possibilidade de não apenas instintivamente, mas, notadamente, de forma consciente, fazer frente aos martírios do capital e da ideologia que parece lhe unguir com o óleo miraculoso da eternidade. Quando a luta simples do trabalhador com o patrão se torna uma luta de classe com classe, uma luta política, finalmente, a massa que se reúne se transforma em classe para si mesma.

Recordemos que em Engels e Marx uma das tarefas centrais das primeiras associações e sindicatos era superar a concorrência entre os trabalhadores, criar laços de solidariedade de classe. Para eles, as greves eram escolas de guerra dos trabalhadores contra a burguesia, e a luta pelo salário que acabava se transformando em uma luta pelo direito às associações, Marx chamou de guerra civil. E mais,

considerava que estas lutas preparavam para uma batalha futura. Ora, há uma profunda compreensão de que os trabalhadores aprendem e ensinam, com sua ação. Uma ação que deve estar guiada por uma batalha futura, consciente. Afinal, “a consciência nunca pode ser mais que ser consciente, o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 2001, p. 19).

A importância dada a toda e qualquer luta econômica da época, as lutas diárias da classe conforme vimos no breve resgate histórico sobre os sindicatos, e de igual maneira a polêmica com Proudhon que desprezava a luta pelo salário, aliás, para Marx, o que os proudhonistas não enxergavam era que nessa realidade concreta do proletariado, a luta por salário e as greves, imbricavam lutas econômicas e políticas e, por conseguinte, o fazer-se da classe operária enquanto classe. Eis um sentido político educativo profundo da polêmica entre Marx e Proudhon.

Marx, Engels e Lenin, Gramsci e Trotsky estavam convencidos de que os sindicatos atuam como educadores porque são vistos por estes como , organizadores coletivos para que a classe através de sua práxis possa ir desenvolvendo uma consciência da necessidade de superação do modelo econômico e societal assentado na exploração. Entendiam conforme apresentamos até aqui, que os sindicatos eram meios importantes de luta, não era o fim, e sim parte inseparável de uma estratégia que ultrapassava o seu raio de ação. Esse entendimento nunca fez com que Marx e Engels desprezassem ou diminuíssem a relevância do movimento sindical, notadamente, o papel educativo em relação aos seus membros que, na dobra do século XIX para o XX, contavam aos milhões pelos quatro cantos do mundo, especialmente na Europa.

E esse aprendizado ocorre independentemente se a luta empreendida por seus interesses resulta vitoriosa ou não. Esse aprendizado como processo, a partir da dinâmica real do movimento operário, que às vezes são movimentos vitoriosos e outras vezes não, está explícito no *Manifesto Comunista* de 1848, quando Marx e Engels abordando as várias etapas de desenvolvimento pelas quais passam o proletariado, afirmam:

Às vezes, os operários são vitoriosos, mas apenas por certo tempo. O fruto real de suas lutas não está no resultado imediato, mas na união sempre crescente dos operários. Esta união é facilitada pela melhoria dos meios



de comunicação que são criados pela indústria moderna e que põem os operários de diferentes localidades em contato uns com os outros. Apenas este contato foi necessário para centralizar as numerosas lutas locais, todas do mesmo caráter, em uma luta nacional entre as classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. (MARX; ENGELS, 2009, p. 50).

A fundação da AIT é um bom exemplo onde se relacionam práxis política e práxis revolucionária. Marx opinava que se o poder do capital tendia a assumir uma dimensão internacional, cabia aos operários, se quisessem ter êxito nas suas lutas contra os capitalistas, também organizarem-se enquanto força internacional. Foi isso que Marx procurou demonstrar para os líderes operários de seu tempo. A unificação dos esforços do proletariado eram, portanto, uma exigência posta pelo desenvolvimento do capital. Para que o proletariado mantivesse a eficácia de suas lutas de resistência contra as usurpações dos capitalistas, deveriam, portanto, unificar, generalizar e dar uma dimensão internacional à sua organização (e às suas lutas). A Internacional tinha, precisamente, essa importante função apoiar as greves (e lutas operárias) dos diversos países, cuja meta final seria a própria emancipação econômica da classe operária.

Nessa perspectiva, haveria uma relação íntima (e enriquecedora) entre *movimento sindical* e *movimento político* dos trabalhadores, mas não apenas isso - para Marx, não havia uma separação efetiva entre os dois momentos da ação operária. Tanto o momento da luta defensiva pelo salário e pela vida dos operários quanto o seu momento superior, o movimento político, de unificação e generalização das lutas operárias, visando a conquista do poder político, compunham o movimento do proletariado pela abolição do sistema do salário, pela sua total emancipação.

Lênin, em seu clássico *Que fazer?* (1978) - obra em que o autor se opõe a visão e a prática política dos economicistas - afirma que não há movimento revolucionário sem teoria revolucionária, ressaltando e confrontando o desprezo que seus oponentes no debate têm com relação à teoria. Aqui, não há oposição entre teoria e prática, pois, para Lênin, a atividade prática não está contraposta à atividade teórica, conforme, décadas depois, Vásquez ratifica.

A práxis política e a consciência operária, para Lênin, se articulam como uma totalidade, e, nesse sentido, é um desserviço dos economistas, opor a atividade concreta do operário à ação política, uma vez que é a segunda que pode oferecer ao operariado o embasamento necessário para uma consciência do conjunto mais complexo da história, incluindo a compreensão de seu lugar social e da possibilidade de influir na mudança do mundo.

Se, nas palavras de Vásquez, “a passagem da filosofia à realidade requer a mediação dos homens, e da práxis” (1986, p. 127), em Lênin, a passagem do domínio do capital à emancipação humana requer a mediação do proletariado como classe tendencialmente revolucionária. Em sua práxis ontocriativa, o proletariado se encontra diante da possibilidade de se atinar com a formação de uma consciência política que aponte, para usar a conhecida formulação de Mézaros, “para além do capital”. Lênin está imbuído dessa convicção e o tema da consciência é interno a toda reflexão que ele desenvolve em *Que fazer?*, notadamente, e em parte considerável de seu trabalho voltado para questões como luta de classes, classes sociais, sindicatos, partido revolucionário e revolução.

A consciência de classe é constituída de fluxos e refluxos, e, nesse sentido, é sempre uma obra em construção, uma obra inacabada, um gesto impreciso em busca de uma definição, a articulação de um caminhar e de um pensar que nem sempre apresentam em si uma sintonia fina. Independentemente disso, a formação da consciência não é o produto de uma reflexão fechada em um quarto escuro, mas o resultado dialético de movimentos que, em última instância, decorrem da práxis, unidade irresistivelmente humana, totalidade constituída de desempenho e reflexão.

Em Lênin, a consciência política do proletariado, com vistas a levá-lo além dos limites profundos da ordem do capital, coincide com a efetivação do socialismo como força material, e não apenas como ideologia de determinados grupos isolados das massas. Quando Lênin afirma que essa consciência é exterior à luta econômica, de fato, ele está declarando que a luta política não decorre simples e diretamente da luta econômica. É de fora da luta elementar do trabalhador com o patrão que aflora a luta política, de classe com classe, que é mediada por mil fios quase imperceptíveis, e da qual brota a consciência para si das massas que se reúnem.

Essa consciência não decorre de uma práxis superior, orgânica, que, hipoteticamente, ignora a luta molecular, elementar, do proletariado, uma vez que a práxis humana não despreza aquilo que se define por ser simples e básico, e tampouco mistifica as formas mais desenvolvidas da luta de classes, expressa na luta política. A práxis revolucionária incorpora e articula as formas elementares e orgânicas da luta de classes em uma só e mesma perspectiva: a superação da ordem do capital e a criação das condições que impulsionem a emancipação humana. Eis o segredo da práxis revolucionária e da consciência que lhe é inerente.

Marx e Lênin nunca desprezaram a importância da educação no sentido formal do termo. Acontece que eles sempre observaram e admitiram a existência de práticas pedagógicas que se espraiam além dos muros das instituições educacionais reconhecidas: escolas, colégios, universidades etc. O proletariado se nutre pedagogicamente dessas práticas que se desenvolvem paralelamente à educação formalizada. Num mundo em que as instituições escolares não deixam de estar permeadas pelo signo de classe, essa educação paralela desempenha papel obrigatório no que diz respeito à formação da consciência política do proletariado. Não é mera coincidência que as instituições do Estado e as representações patronais, irrefutavelmente, buscam enfraquecer e controlar as organizações nascidas das mãos e necessidades da classe trabalhadora.

O Estado e a burguesia, num primeiro momento, tentam impedir e ilegalizar as organizações oriundas da classe trabalhadora: associações, sindicatos, ligas, partidos etc. A força da luta de classes e da práxis transformadora do proletariado e de suas organizações impediram que esse desiderato estatal-burguês pudesse obter êxito. As organizações da classe trabalhadora resistiram e conseguiram se sobrepor ante a tentativa liquidacionista do Estado e dos patrões. Parece-nos suficiente que se estudem as décadas de luta dos trabalhadores britânicos para obterem o reconhecimento legal de suas entidades e que se examinem detidamente as leis contra os socialistas na Alemanha bismarkiana. Esses são momentos nos quais a classe que vive da venda de sua força de trabalho e suas representações sociais e políticas se veem obrigados a resistir ao sistema repressivo empresarial-estatal. Essa resistência cria um acúmulo político e esse se revela um pressuposto essencial no processo de educação política do proletariado. A reação burguesa-estatal não custa a se articular e essa articulação resulta

no controle legal das instituições e atividades organizadas pelos trabalhadores. Os sindicatos são legalizados. O preço disso é a tentativa de cooptá-los e torná-los dóceis ante o domínio arrasador do capital. Desse modo, a formação da classe, no limite de suas organizações, não se faz sem contradições.

Basta que seja lembrado o processo de domesticação dos partidos socialistas, surgidos no calor das lutas da dobra do século XIX para o XX; processo que se faz, sobretudo, a começar da primeira grande guerra, mas que segue ao longo dos anos, tornando essa importante conquista dos trabalhadores em ferramenta de preservação da ordem do capital. Processo muito semelhante acontece com o sindicalismo que, notadamente, no correr do século XX, se transforma em parte um instrumento de conciliação com a ordem existente. Malgrado essas contradições, os partidos socialistas e os sindicatos cumprem, num dado momento, importante papel formador das classes trabalhadoras, e, no caso do movimento sindical, ainda hoje, é perceptível o papel que desempenha nas lutas sociais de resistência, e dessa maneira, na educação política de amplas massas, que, em geral, ou estão alijadas da educação formal ou por ela passam de modo um tanto quanto aligeirado.

Assim, as organizações da classe trabalhadora permitem que o senso comum do trabalhador se defronte com a possibilidade de superá-lo dialeticamente. Superá-lo dialeticamente significa incorporá-lo e articulá-lo a um senso crítico que decorre do confronto capital-trabalho, e por meio de múltiplas mediações enseja a possibilidade de um salto em direção a uma consciência para si. Essa consciência nunca é dada individualmente. Ela é produto acabado das lutas coletivas e só coletivamente consegue se encher de êxitos. A práxis revolucionária compreende essa perspectiva coletiva. Individualmente, o homem consegue interpretar o mundo, mas transformá-lo, na perspectiva marxiana da tese 11 (Teses sobre Feuerbach), só mediante a ação coletiva.

Marx e Engels (2007) afirmam n' *Ideologia Alemã* que é a revolução e não a crítica espiritual a força propulsora da derrocada prática das relações sociais existentes, e por isso quando Marx concebe a práxis, de modo amadurecido, ele a toma como práxis revolucionária. Gramsci, quando se refere à filosofia da práxis, ele não quer somente driblar a censura fascista, mas, igualmente, destacar o conteúdo prático, ativo e revolucionário imerso no legado de Marx. Esse conteúdo se vincula à

compreensão da inatingibilidade de uma sociedade justa sem superar a linha que separa o domínio do capital de um horizonte social igualitário. Em larga escala, a consciência política do proletariado avança concomitantemente com a compreensão dessa inatingibilidade concreta há pouco indicada. Pela práxis revolucionária é que o trabalhador realiza um exercício decisivo de educação política.

Segundo Suchodolski (1976), na obra de Marx e Engels, o princípio educativo central passa pelo conceito de revolução protagonizada pelo proletariado para sua libertação. Não apenas a revolução em seu momento, mas todo o processo revolucionário de luta pela transformação das relações contraditórias da sociabilidade burguesa. No mesmo sentido, Sousa Junior (2011) reforça que para Marx, não se trata de especular sobre a formação dos indivíduos em geral, nas nuances multifacetadas da sociedade burguesa, mas de considerar que a natureza contraditória dessa sociedade, ao mesmo tempo em que estabelece relações alienadas/estranhadas entre homens alienados/estranhados, cria as condições de desenvolvimento de uma práxis revolucionária (SOUSA JUNIOR, 2011, p, 34).

E o processo histórico de educação do proletariado não exclui os produtos de todas as suas variáveis. Somente a sua prática criadora, que convive com momentos de fluxos e refluxos, pode ensejar consistência a um projeto que aponte para superação da ordem vigente. A ideologia socialista como afirmava Lênin, vem do exterior da luta econômica, mas só se torna força material se o proletariado a toma como sua ideologia e não como uma ideologia que lhe é estranha, imposta e impertinente. Essa unidade do movimento operário com a teoria marxista efetivada em ação transformadora é a práxis política e práxis revolucionária como processo. Entendendo a revolução socialista como um processo educativo desde sua gestação mais remota até a consolidação de suas estruturas econômicas, políticas, jurídicas e consumação de seus princípios éticos.

Ainda sobre o processo de educação política dos trabalhadores, é pertinente recorrer a Mészáros (2008) quando este destaca que o fundamental é a organização e a luta pela transformação social do proletariado, e que não há outra saída senão romper com a lógica de mercado para, só então, educar para que a vida proporcione uma “contra-internalização” dos sentidos que propagam a lógica do metabolismo social do sistema capitalista. Esta “contra-internalização” nada

mais é que a “contraconsciência”, ou seja, um primeiro passo para romper com a lógica desumanizadora do capital. Ainda na perspectiva do autor, a contraconsciência se caracteriza pelo posicionamento contrário à interiorização dos ideais do sistema.

Os contornos do conflito entre capital e trabalho da época de Marx passando por Gramsci e chegando a Mészáros sofreram muitas transformações. Logo, os organismos de representação da classe também. No entanto, não é nosso objetivo discorrer sobre estas mudanças. O que nos interessa é a nitidez de que essa educação política da classe trabalhadora por uma práxis político que pressuponha um projeto emancipatório, fortalece a classe no sentido que a educa na luta de confronto/enfrentamento com o capital e todo seu arsenal institucional e não na conciliação de classes.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1986.

GRAMSCI, A.; BORDIGA, Amadeo. **Conselhos de fábrica**. Tradução de Marina Borges Svevo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOBBSAWN, E. J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWN, Eric. **Mundos do Trabalho**. 2. ed. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENIN, Vladimir Ulianov. **Que fazer?** 2. ed., Lisboa/Portugal: Avante, 1978.

LENIN, Vladimir Ulianov. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Livramento, 1979.

MARX, K e ENGELS F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Centauro, 2001.

MEHRING, Franz. **Karl Marx: A história de sua vida**. São Paulo: Sundermann, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULO NETO, J.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA Jr., Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. 2 ed., São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

TROTSKY, L. **Os sindicatos na época da decadência imperialista**. 1940. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>>. Acesso em: 03 nov 2018.